

Senado votará projeto que aumentará desmatamento na floresta amazônica

Proposta reduz reserva ambiental de 80% para 50%

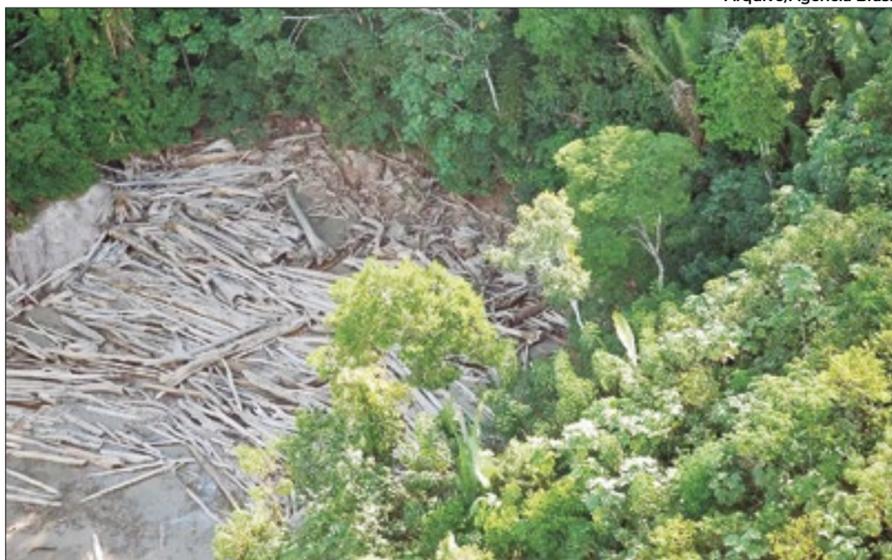
Por Gabriela Gallo

Seguem os projetos e esforços para ajudar as pessoas atingidas pelas fortes chuvas que assolaram o Rio Grande do Sul (RS). De acordo com a última atualização da Defesa Civil do estado, na manhã deste domingo (12), foram confirmadas 143 mortos e 125 pessoas estão desaparecidas. Até o momento, as enchentes afetaram mais de 2 milhões de pessoas, com 537.380 desalojadas, 806 feridos e 81.170 pessoas em abrigos. Com 446 municípios gaúchos atingidos, o estado sofre pelo maior desastre ambiental da sua história.

Mas mesmo enquanto o Rio Grande do Sul sofre com fortes chuvas em decorrência das mudanças climáticas, como apontam ambientalistas, circula no Senado Federal um projeto que reduz a área de reserva legal em propriedades rurais na Amazônia.

O Projeto de Lei (PL) 3334/23 altera a lei do Código Florestal para permitir a redução da Reserva Legal em áreas de florestas da Amazônia Legal, para todos os efeitos, nos municípios com mais 50% do seu território ocupado por áreas protegidas de domínio público. Segundo a Secretaria de Controle do Desmatamento do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, por meio de nota técnica, os impactos da redução seriam de 80% para 50% da área de reserva legal, o que representam um desmatamento de mais de 281 mil km², área correspondente ao tamanho do próprio Rio Grande do Sul.

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente, se aprovada no Congresso, a mudança tornaria inviável o cumprimento das metas do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm), que tem o objetivo de zerar o desmatamento até 2030. Em 2025, o Brasil será sede da 30ª Conferência da



Arquivo/Agência Brasil
Amazônia pode entrar em colapso se atingir 25% de desmatamento

Organização das Nações Unidas (ONU) sobre Mudanças Climáticas (COP30), em Belém (PA). E essa possível redução na área de preservação da Amazônia Legal pode vir a contrariar o objetivo do país como sede de uma conferência para combater as mudanças climáticas.

Economia

O texto seria votado na última semana na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, mas teve que ser adiado porque o relator do projeto, senador relator Marcio Bittar (União-AC), não pôde comparecer à comissão. Tanto o relator quanto o autor da proposta, senador Jaime Bagatoli (PL/RO), fazem parte da bancada ruralista da Casa. Há a possibilidade do texto ser novamente pautado na CCJ já na próxima semana.

Aqueles que são favoráveis à medida, alegam que ela irá promover o desenvolvimento econômico. A proposição alega que a mudança na lei pretende reparar um “ônus imposto desigualmente” sobre as propriedades rurais da Amazônia Legal, uma vez que na região o percentual da manutenção da vegetação nativa é maior que em outras regiões.

O relator Marcio Bittar também julgou que o atual percentual de preservação da Amazônia Legal como muito elevado para os proprietários. De acordo com o senador, o proprietário sofre “desapropriação” do próprio terreno por ter de manter a vegetação nativa e ser responsável por ela.

Se aprovada, a medida vale para estados e municípios que tiverem mais da metade do território ocupado por unidades de conservação da natureza de domínio público, por terras indígenas ou por áreas de domínio das Forças Armadas.

Impactos

Ao Correio da Manhã, o coordenador de políticas socioambientais do Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS) Marcos Woortmann manifestou preocupação do projeto ser aprovado. Ativista no combate e na prevenção às mudanças climáticas, ele destacou que a possível aprovação do projeto vai ser radical em “qualquer possibilidade de segurança climática para o Brasil”.

“O Bioma da Amazônia, já é muito bem estabelecido pela ciência, que tem uma potencialidade alta de entrar em colapso se atingir os 25% de desmata-

mento. Se esse projeto de lei for aprovado, isso não apenas será atingido, como será ultrapassado e muito rapidamente”, destacou.

O ativista ambiental ainda pontou que o bioma da Amazônia se trata de um bioma “extremamente sensível, formado por um processo geológico único no mundo e que no mesmo paralelo têm o Saara como uma contraparte”.

“Se o bioma Amazônia entrar em colapso, o que nos espera é um processo de gradual savanização, ampliação da desertificação da caatinga, também de áreas futuramente do Cerrado, e com isso, agravamento de todas as crises climáticas que estão ocorrendo no Brasil, incluídas as chuvas do Rio Grande e do Sul, que estão profundamente inter-relacionadas com o Cerrado”, completou Woortmann.

Na avaliação do coordenador de políticas socioambientais, devido às enchentes no Rio Grande do Sul de demais enchentes e mudanças climáticas do mundo, o Senado poderia aproveitar a deixa para discutir o Projeto de Lei nº PL 4129, de 2021, que versa e dá diretrizes para os municípios criarem seus próprios planos de adaptação climática.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



Guimarães diz que promessas serão cumpridas

Líder fala com deputados em nome de Lula

O Palácio do Planalto garante que o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, continua prestigiado, mas trata abrir novos caminhos na Câmara dos Deputados. Semana passada, o líder do governo, José Guimarães (PT-CE), esteve com, pelo menos, cinco deputados que andaram manifestando insatisfação em relação ao atendimento de seus pleitos.

Dizendo falar em nome do presidente Lula, Guimarães prometeu que tudo será resolvido, que emendas serão liberadas, que haverá efetivação de pedidos de nomeações. Escaldados pelos compromissos assumidos por Padilha e não cumpridos, os parlamentares decidiram esperar pra ver. Entre os procurados, estão políticos filiados ao Podemos, PDT e PP.

Fé no governo

Em contrapartida à não derrubada do veto total de Lula à previsão de R\$ 5,6 bilhões para emendas de comissões, o governo se comprometeu a liberar R\$ 3,6 bilhões ao longo do ano. Como essas emendas não são de execução obrigatória, parlamentares acham que vale confiar.

Santo da Casa

Como a relação da Câmara com o governo é marcada por idas e vindas, muitos deputados veem com cuidado a nova rodada de promessas. Alguns já trataram de abandonar as conversas com Padilha e passaram a conversar com Rui Costa, ministro da Casa Civil.

Reprodução



Proposta prevê torres na orla do Guaíba

Enchente levanta dúvidas sobre projeto no RS

A enchente em Porto Alegre lança novas dúvidas sobre o maior projeto de reestruturação urbana da cidade, o Cais Mauá. Em fevereiro passado, o consórcio Pulsa RS venceu a licitação para reurbanização de uma área de três quilômetros de extensão às margens do Guaíba — o projeto prevê a substituição do Muro da Mauá,

uma estrutura com três metros de altura que deveria impedir, em caso de cheias, a entrada de água no centro de Porto Alegre. No lugar do muro haveria um sistema de contenção com barreiras fixas e removíveis. A proposta inclui a construção de nove torres residenciais e comerciais — as obras começariam no fim do ano.

Esperança

Para não parecer uma tentativa de aproveitamento da tragédia, o assunto é tratado com discrição no Planalto. Mas há quase um consenso no governo de que as ações de ajuda ao Rio Grande do Sul podem ao menos diminuir a rejeição do PT entre os gaúchos.

Passado

O PT elegeu o prefeito de Porto Alegre por quatro vezes consecutivas, governou a cidade entre 1989 e 2005, o que ajudou a cimentar a credibilidade do partido. Por duas vezes, petistas também conquistaram o Palácio Piratini, sede do governo do Rio Grande do Sul.

Renan e MST

Aliados do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), atribuem ao senador Renan Calheiros (MDB-AL) e a integrantes do MST a vaia que ele recebeu sexta, em Maceió. Lira participou, ao lado do presidente Lula, de evento de entrega de casas populares.

Ciúmes

Para esses aliados, Renan articulou a vaia para se vingar. Na véspera, ele estivera com o presidente e com Lira em outro evento, em São José da Tapera, interior de Alagoas. Lula elogiou os dois aliados, que se detestam — mas dedicou muito mais tempo ao presidente da Câmara.

Governo Federal abre crédito de R\$ 12 bilhões para ações em RS

Por Thaísa Oliveira (Folhapress)

O governo federal publicou MP (medida provisória) que abre crédito extraordinário de R\$ 12 bilhões para ações de enfrentamento no Rio Grande do Sul, como a compra de medicamentos e a contratação temporária de profissionais de saúde.

O valor contempla diferentes medidas anunciadas durante a semana, como a importação de arroz, o pagamento de parcelas extras do seguro-desemprego, além de aportes em fundos de crédito, como o Pronampe, para micro e pequenas empresas.

A MP foi publicada em edição extra do Diário Oficial da União deste sábado (11). Segundo o governo federal, com o montante de R\$ 12.179.438.240, o valor disponibilizado ao Rio Grande do Sul desde o início da crise chega a R\$ 60 bilhões.

O crédito extraordinário também será usado para a reconstrução de parte da infraestrutura rodoviária, para ações



Ricardo Stuckert / PR
Imagens da inundação na capital gaúcha

da Defesa Civil e para o pagamento de atendimentos emergenciais da Força Nacional, da PF (Polícia Federal) e da PRF (Polícia Rodoviária Federal).

Neste sábado, o Ministério da Justiça anunciou que a Força Nacional também será empregada na proteção dos abrigos montados para receber as vítimas. A decisão foi tomada após denúncias de abuso sexual contra mulheres e crianças.

Segundo o governo federal, os recursos necessários para a

reconstrução do Rio Grande do Sul serão definidos em um segundo momento, com a real estimativa do dano causado pelas enchentes em diferentes municípios do estado.

Em nota divulgada pela Casa Civil, o ministro da pasta, Rui Costa (que coordena a sala de situação montada pelo governo federal para acompanhar a situação do estado), afirmou que o crédito extraordinário é um “primeiro passo”.

“O crédito extraordinário é uma das medidas do gover-

no para não comprometer o orçamento dos ministérios, que já está em execução, e para garantir o atendimento e a retomada do Rio Grande do Sul”, destacou.

“Esse é um dos primeiros passos para fazer com que os recursos cheguem o quanto antes aos governos municipais e estadual, mas também para as pessoas, para o comércio, para as empresas”, continuou o ministro na publicação.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) promete anunciar novas ações na terça-feira (14). A ideia do governo federal é patrocinar medidas direcionadas às famílias atingidas pelas enchentes, para além das antecipações de benefícios a que elas já teriam direito.

Na última sexta-feira (10), o Executivo autorizou a importação de até um milhão de toneladas de arroz. Apesar de a maior parte da produção gaúcha já ter sido colhida, o governo teme que dificuldades logísticas e destruição de grãos armazenados provoquem aumento nos preços.